

AIDS E VIOLÊNCIA

Apesar dos constantes trabalhos de resistência em todo o mundo, a onda de preconceitos e violência parece alcançar tamanhos descomunais, indo de encontro principalmente a gays, lésbicas e portadores do HIV. Não é mais apenas a AIDS que anda à solta: a impunidade também.

Nesta edição, o **Boletim ABIA** procura iniciar um diálogo com os leitores levantando uma questão que nos parece essencial e urgente: a face mutante da violência no Brasil e no mundo.

Localizá-la ou justificá-la não é uma tarefa fácil: que o digam Murilo Peixoto da Mota, que assina artigo apresentando dados da pesquisa *Práticas sexuais e conscientização sobre AIDS: um estudo sobre o comportamento homossexual e bissexual*; e Adauto Belarmino Alves, recentemente agraciado com o Prêmio Reebok de Direitos Humanos, que traça um panorama sobre a discriminação por orientação sexual no mundo e o desrespeito aos direitos humanos dos homossexuais.

Se enfrentá-la é preciso, denunciá-la também: em artigo assinado pelo Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição, o GAP/RS adverte sobre as agressões que seus agentes vêm sofrendo na capital gaúcha por parte da polícia; enquanto organizações do Chile nos enviam carta deflagrando a perseguição governamental às minorias sexuais chilenas, o que dificulta em muito o trabalho de prevenção da AIDS naquele país.

Desmascará-la é um trabalho de sensibilidade e empenho: reproduzimos artigo da psicóloga Margareth Arilha, publicado na Folha de São Paulo, alertando sobre as mudanças na área de saúde anunciadas pela prefeitura paulista. No trânsito tumultuado entre público e privado, a principal vítima é a mulher, que se vê, entre outras coisas, sem políticas eficazes de saúde reprodutiva e de prevenção.

Além do enfoque violência, o Boletim também discute a reestruturação do Programa Global de AIDS, das Nações Unidas, em artigo de Jane Galvão, e apresenta as idéias do escritor, professor universitário e ativista gay australiano Dennis Altman, em entrevista a Richard Parker.

O pontapé inicial para o diálogo está dado. Como conviver com a trama real violência-AIDS-identidade-preconceito? Idéias perfeitas, opiniões controversas, perguntas possíveis e respostas improváveis fazem parte. E são sempre bem-vindas.

ACONTECENDO

SAFE BAR, A NOVIDADE

O Rio acaba de ganhar um novo. ponto de encontro gay. Funcionando de quinta a domingo, das 19h às 24h, o Safe Bar traz uma proposta diferente da maioria dos bares em cartaz na cidade, com exibição de vídeos de sexo seguro gay/lésbico, distribuição de preservativos, realização de palestras com profissionais de saúde, exposição de fotos e pôsteres sobre AIDS e um talk-show, às sextas, com Paulo Longo entrevistando diversas personalidades gays.

O Safe Bar é um serviço do Nós por Exemplo/Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS), organização não-governamental, e toda a sua renda destina-se aos trabalhos de prevenção realizados pelo grupo.

Safe Bar - Rua da Glória, 30 - Tel: (021) 2524757

Encontros e seminários

A plenária final do 7º Encontro Nacional de ONGs/AIDS, realizada em abril em Salvador, deliberou que o próximo Encontro Nacional acontecerá no ano que vem, em São Paulo. Também por votação foram eleitas as seguintes entidades para a Comissão Organizadora do Encontro: APTA/SP, GAPA/SP, GAPA/CE, Pela VIDDA/SP, NOSS/RJ. A data do 8º Encontro será anunciada posteriormente pela Comissão.

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da UFRJ, estão aceitando trabalhos sobre saúde, políticas públicas, educação, urbanização e outros temas para serem selecionados e apresentados no seminário *Baixada Fluminense: Povo, Cultura e Poder*.

O seminário se realizará de 2 a 6 de outubro próximo. Maiores informações na própria FASE, pelos telefones (021) 220-7198 e 262-2565.

Para reservar na agenda: o 5º Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS, será realizado no Rio de Janeiro durante os dias 7, 8 e 9 de setembro. Informações no Pela VIDDA. Tel: (021) 518-3993.

AIDS E CONGRESSO NACIONAL

A deputada Marta Suplicy (PT/SP) vem promovendo encontros com ONGs para analisar os projetos de lei sobre AIDS que tramitaram no Congresso Nacional. Foram realizadas reuniões no Rio de Janeiro e São Paulo, com as organizações locais, para uma avaliação crítica dos projetos já existentes e apresentação de novas propostas.

Como resultado desta iniciativa foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos o requerimento de constituição da Subcomissão Especial para tratar da violência contra trabalhadores(as) do sexo. Para contactar a deputada Marta Suplicy:

São Paulo Telefax.: (011) 853-1303

Tel.: (011) 853-1198

Brasília Telefax.: (061) 318-2360

Tel.: (061) 318-5360

*End.: Gabinete 360 - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF*

CORREÇÕES

No Boletim ABIA nº 27, janeiro/março de 1995, alguns dados saíram incorretos:

- O artigo *Prevenção da AIDS entre os usuários de drogas injetáveis nos países em desenvolvimento* (pág.2-4) foi publicado com a permissão dos autores Samuel R. Friedman (NDRI, Nova York) e Don des Jarlais (Beth Israel, Nova York).
- Nos créditos do artigo *O contexto do uso de drogas em cinco cidades brasileiras* (pág.10-11), assinado por Paulo Roberto Telles e Francisco Inácio Bastos, faltou a referência à entidade que integram, o Projeto Brasil.
- No box da pág.11, a chamada correta é: *Depoimento do líder da Associação de Usuários de Drogas Injetáveis ao Parlamento Alemão*.

Albertina Volpato

No dia 21 de maio faleceu em Curitiba a companheira Albertina Volpato em decorrência de complicações relacionadas à AIDS. Albertina foi uma das primeiras mulheres a assumir publicamente sua condição de soropositiva no Brasil, tendo fundado, em 1990, o Grupo Pela VIDDA/PR, primeira organização de pessoas soropositivas fora do eixo Rio-São Paulo, da qual foi presidente por vários anos.

Seu espírito de luta e dedicação a tornou uma referência respeitada e querida no movimento comunitário de enfrentamento à AIDS no Brasil. Lamentamos profundamente mais esta perda e prestamos à Albertina nossas sinceras homenagens.

PORTO ALEGRE: VIOLÊNCIA CONTRA AGENTES DO GAPA

NÚCLEO DE AÇÃO E ESTUDOS DA PROSTITUIÇÃO/ GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO DA AIDS (GAPA/RS)

O estudo epidemiológico da distribuição dos casos de AIDS tem revelado que, apesar da infecção pelo HIV ser indiscriminada, sua incidência e principais agravos acontecem principalmente entre as populações social e economicamente marginalizadas. Condições de vida menos favoráveis, que incluem menor acesso à informação, menores possibilidades de estruturação de auto-estima, situações de opressão cotidiana são determinantes da maior vulnerabilidade destas populações frente à epidemia.

Em função desta realidade, os organismos internacionais de saúde têm incentivado estratégias de prevenção que visem o reforço da dignidade e dos direitos individuais, fatores fundamentais para a efetiva internalização da percepção de risco e adoção de práticas seguras. Da mesma forma, estes organismos vêm reiterando a importância das ONGs no papel de interlocutoras com essas populações, que são alcançadas, via de regra, pelo discurso oficial.

O GAPA/RS a partir desta perspectiva, através de um de seus Núcleos, o Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição (NAESP), desenvolve um trabalho de prevenção de DST e HIV / AIDS junto a profissionais do sexo (homens, mulheres e travestis). Neste projeto de intervenção, financiado pelo Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, as estratégias de prevenção adotadas contemplam não somente informações técnicas sobre formas de contaminação, como também todos os fatores envolvidos na efetivação do exercício da cidadania. Para isso, é fundamental a desconstrução de estigmas de marginalidade, inferioridade e criminalidade de tão presentes nestes grupos.

Um dos paradoxos que nos defrontamos na realização deste trabalho é constatar que o mesmo Estado que financia projetos com este perfil de intervenção, através de um outro braço, em Porto Alegre representado pela Polícia Civil e Brigada Militar, persegue sistemática e violentamente esta população. Os relatos de violência sofrida por estes profissionais, intensificados nos últimos dois meses, é um fato cotidiano nos atendimentos do GAPA/RS, e, no entanto, nem sempre as vítimas registram ocorrência.

Esta violência nem sempre é física: passa pela humilhação, intimidação e desrespeito. Quando a violência é física, as vítimas comumente são avisadas que "se abrirem a boca receberão outras punições". No que pese estas ameaças, alguns mais corajosos, convictos na busca de seus direitos de cidadão, com o apoio do GAPA/RS e da Comissão da Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, prestam queixa junto à Coordenadoria das Promotorias Criminais, uma vez que muitas delegacias de Porto Alegre insistem em ocultar que o agente da violência foi a Brigada Militar. Além disso, vários

relatos de violência foram enviados pelo GAPA à Comissão de Cidadania, que solicitou ao secretário de Segurança Pública do Estado e ao Comando Geral da Brigada Militar esclarecimentos diante desta violência injustificada e destes abusos de poder.

É inadmissível que 11 casos de assassinatos de travestis até hoje não estejam esclarecidos ou que os travestis que batalham na Avenida Getúlio Vargas sejam submetidos a sessões de fotos com placas numeradas para identificação em pleno passeio público, expostos ao constrangimento e à humilhação. Sem contar as constantes blitzes na Praça da Alfândega, onde primeiro se bate e nem se pergunta porquê, havendo queixa-crime de utilização de facão pela Brigada Militar. Técnicos do GAPA em campo já foram abordados com metralhadoras engatilhadas em punho quando em trabalho de prevenção em áreas de prostituição.

É bom lembrar aos agentes de segurança que o exercício da prostituição não encontra nenhum empecilho legal e tampouco constitui crime. Estas atitudes intimidatórias e violentas com o objetivo de "limpar" as ruas e praças da presença destes profissionais não encontram amparo legal e vão no mínimo contra as liberdades individuais e os direitos de cidadania, que acreditamos serem de todos.

Uma vez que todos os procedimentos legais cabíveis foram acionados, contamos com o apoio, a solidariedade e a pressão da sociedade civil para que os direitos humanos destes profissionais saiam do papel.

Lutar contra a epidemia da AIDS é lutar contra a violência, o preconceito e a discriminação. Viva a Vida!

A REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA GLOBAL DE AIDS

Jane Galvão
Coordenadora Geral da ABIA

Como vem sendo noticiado, o atual Programa Global de AIDS será reestruturado, não ficando mais baseado somente na Organização Mundial de Saúde e passando a incluir mais cinco agências das Nações Unidas, além da OMS: Banco Mundial, Fundo de População das Nações Unidas (FUNUAP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O início deste novo programa, que está sendo chamado de United Nations Programme on AIDS/Programa das Nações Unidas para a AIDS (UNAIDS), está marcado para janeiro de 1996 e, a princípio, terá sua sede em Genebra. Neste momento de transição a direção executiva do programa está sob a responsabilidade do Dr. Peter Piot que, antes de ser indicado para este cargo, chefiava a Unidade de Intervenção e Pesquisa do antigo Programa Global de AIDS.

Para delinear o novo programa e seu plano estratégico, estão sendo realizadas cinco reuniões que englobam as seguintes regiões: Ásia e Oceania (em Nova Déli, Índia), América Latina e Caribe (em Santiago, Chile), África (em Nairobi, Quênia), Europa e América do Norte (em Veneza, Itália) e África (em Abidjã, Costa do Marfim).

**O NOVO PROGRAMA TERÁ UM CONSELHO COORDENADOR, COM 21 PAÍSES,
REPRESENTANTES DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E DE ONGS.**

A REUNIÃO DE SANTIAGO

A reunião relativa à região da América Latina e Caribe, realizada nos dias 26 e 27 de abril em Santiago, contou com a presença de quase 40 participantes, incluindo integrantes de ONGs do Brasil, Chile, Costa Rica, Venezuela, Argentina, Equador, México, Nicarágua e Colômbia, coordenadores de programas nacionais de AIDS e representantes das agências

que compõem o novo programa. Do Brasil estiveram presentes: Jane Galvão (ABIA/RJ) , Jorge Beloqui (Pela VIDDA/SP) , Paulo Roberto Teixeira (coordenador do Programa de AIDS do Estado de São Paulo) e Luiz Antônio Loures (chefe da Unidade de Epidemiologia do PN DST/AIDS).

O que se pôde perceber durante o encontro é que muitas questões ainda terão que ser aprofundadas e que não será uma tarefa fácil coadunar e coordenar os interesses das diferentes agências. Além disso, pairam dúvidas de como se dará a articulação do UNAIDS com as estruturas que atualmente coordenam os programas de AIDS a nível regional e nacional.

Ao mesmo tempo não ficou claro como será a estrutura de decisão do UNAIDS e como ela será escolhida. O que foi mencionado é que o novo programa será coordenado a partir de um "conselho coordenador" que englobará representantes de 21 países, representantes das seis agências mencionadas e cinco representantes de ONGs. Caberá ao diretor do UNAIDS responder pela implementação das recomendações deste conselho.

**A REUNIÃO RELATIVA À AMÉRICA LATINA E CARIBE CONTOU COM A
PRESENÇA DE QUASE 40 PARTICIPANTES**

Com relação ao conselho coordenador, não ficou claro, por exemplo, se o representante de cada país será, necessariamente, alguém do programa nacional de AIDS. De qualquer forma, estão sendo realizadas consultas regionais para a escolha dos representantes dos países.

Quanto às organizações não-governamentais, os critérios de escolha, ainda bastante vagos, incluem, por exemplo, uma ONG de abrangência internacional, uma cristã, uma muçulmana e uma de pessoas com HIV / AIDS. Javier Hourcade Bellocq, do GNP+, a rede mundial de pessoas HIV positivas, comentou que há possibilidade da GNP+ figurar entre as ONGs.

Os integrantes de organizações não-governamentais presentes ao encontro solicitaram que sejam abertos canais de comunicação para que as ONGs possam receber maiores informações sobre a formação do UNAIDS. Em termos de Brasil, hoje, uma das instâncias, senão a única, onde as ONGs podem colher informações é o PN DST/AIDS. .

O QUE É UNAIDS?

O United Programme on AIDS/Programa das Nações Unidas para a AIDS (UNAIDS) reunirá seis instituições - todas ativas na resposta à epidemia de HIV/AIDS - em um único programa. Como principal defensor da resposta global à epidemia dentro do sistema das Nações Unidas, o UNAIDS irá dedicar-se a prevenir a transmissão do HIV, reduzir o sofrimento causado pelo vírus e pela AIDS e contrapor-se ao impacto que a epidemia traz a pessoas, comunidades e sociedades.

Este novo programa global não representa a resposta das Nações Unidas à AIDS: sua relação com os demais integrantes do sistema da entidade será de complementação, colaboração e parceria.

Da mesma forma, a própria rede das Nações Unidas funcionará como parte da resposta global à epidemia. Na verdade, será mais um parceiro entre tantos outros, como governos, organizações intergovernamentais, não-governamentais e comunitárias, grupos de pessoas vivendo com a infecção pelo HIV e AIDS, o setor privado e instituições acadêmicas e de pesquisa. Na essência, o UNAIDS será o catalisador nesta aliança global informal e unida por um compromisso comum de enfrentar a AIDS.

O UNAIDS não será uma instituição financiadora. Sem uma grande infra-estrutura de campo, não será também uma instituição implementadora. Seu papel, em nível global, já está relativamente definido. Consiste em focalizar a atenção mundial sobre a AIDS; fornecer a orientação política e técnica necessária; desempenhar um papel importante no estabelecimento e promoção da agenda mundial de pesquisa sobre a epidemia; inspirar e promover respostas corretas, efetivas e éticas para a AIDS; fomentar um ambiente sócio-econômico e jurídico conducente à prevenção e assistência, bem como de apoio às pessoas afetadas pelo HIV/AIDS; e convencer os países a alocarem recursos suficientes para a prevenção, assistência, amparo e alívio do impacto da epidemia, inclusive a criação de um ambiente de apoio.

Como um programa conjunto, a proposta, em nível nacional, é reunir os muitos e variados pontos fortes técnicos e operacionais de suas instituições co-patrocinadoras para ampliar a qualidade da assistência a cada país; fornecer apoio técnico, treinando e monitorando para assegurar que os atores nacionais tenham acesso às políticas, estratégias e atividades que constituem "a melhor prática internacional", assegurando que, por sua vez, o país possa ajudar a formar políticas e programas globais; bem como transformar cada país num foco específico de ação e relacionamento com os responsáveis pelas decisões e os líderes de opinião.

*Tradução de parte do texto What is UNAIDS? Fact sheet on UNAIDS.
Eleventh Meeting of the Management Committee of The Global Programme on AIDS. Geneve, 4-5 de abril de 1995.*

TROCANDO IDÉIAS COM DENNIS ALTMAN

Considerado na Austrália "um tesouro nacional" escritor, professor universitário e líder homossexual Dennis Altman comenta a atual situação da AIDS no mundo e o lançamento de seu mais recente livro, Poder e Comunidade, quinto volume da série História Social da AIDS, publicada pela ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará.

POR RICHARD PARKER
Coordenador Geral da ABIA

Como você resumiria as questões-chave desenvolvidas em Poder e Comunidade?

Primeiro, não podemos entender a AIDS sem compreender questões mais amplas de economia política. Segundo, não podemos responder a AIDS sem autênticas respostas comunitárias, inclusive envolvendo aqueles que estão infectados e afetados. Terceiro, tais respostas de base comunitária são implicitamente revolucionárias porque desestabilizam relações de poder cruciais.

Em nível global, o que você considera como as tensões e contradições mais importantes que afetaram às organizações de base comunitária voltadas para o trabalho com HIV/AIDS?

Existem tensões permanentes relacionadas a composições, objetivos e dinheiro. Como podemos falar do impacto universal da AIDS ao mesmo tempo que falamos em proteger grupos como os dos homossexuais, usuários de drogas injetáveis, trabalhadores sexuais, por exemplo, que são particularmente vulneráveis e facilmente utilizados como bodes-expiatórios? Deveriam as organizações enfatizar o ativismo, a educação, a assistência, o apoio e a conscientização dos já infectados? Como equilibramos estas necessidades com a necessidade de recursos e as amarras impostas por doadores, como governos e ONGs internacionais?

Quais são as principais vantagens e desvantagens das respostas não-governamentais e governamentais à epidemia? De que maneira as respostas destes setores são complementares?

Governos e organizações comunitárias têm interesses diferentes, que às vezes coincidem. No entanto, as ONGs precisam ter em mente que mesmo o mais solidário dos governos vai tentar nos cooptar para abafar nossas vozes - por exemplo, para atender e apaziguar poderosos interesses, tanto conservadores como médicos ou religiosos - como também nos usar para cumprir responsabilidades que os governos prefeririam não aceitar.

Em Poder e Comunidade você desenvolve importantes argumentos quanto ao crescimento do que alguns chamam de "indústria da AIDS". Quais as vantagens e desvantagens da crescente profissionalização do trabalho desenvolvido por ONGs de serviço sem AIDS? Esta profissionalização compromete o ativismo político ou ambos podem coexistir?

É preciso estar atento simultaneamente às habilidades e às capacidades profissionais tanto de voluntários como de trabalhadores remunerados. Nenhuma organização comunitária pode permanecer sem um controle baseado em representantes eleitos da comunidade, além de existir um perigo de todo o poder cair na mão de trabalhadores remunerados, cujos interesses inevitavelmente vão incluir ascensão profissional e cômodas relações com os governos. Isto não é necessariamente ruim. O que é ruim é que isto pode debilitar a participação de voluntários e dos comitês eleitos, e as organizações comunitárias passarem a ser vistas por suas comunidades como instituições burocráticas parecidas com as do Estado.

Em todo seu trabalho, há a preocupação com as forças sociais, políticas, culturais e econômicas que moldam a formação de identidades e comunidades. Como o HIV/AIDS afetou a identidade e a(s) comunidades(s) gays em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália? Como vê o impacto da AIDS nas comunidades gays emergentes nos países da América Latina e na Ásia?

De uma maneira geral, a minha impressão é que a AIDS reforçou as comunidades gays. Estive em contato com o sudeste asiático por causa do meu trabalho com AIDS e certamente a epidemia tem criado novas possibilidades para a organização e a imaginação de novas formas de identidades baseadas na homossexualidade. Na Austrália e nos Estados Unidos – provavelmente também no Brasil – a AIDS impôs um enorme fardo sobre as comunidades gays, o que raramente é reconhecido, e isto significa que manter o estímulo ao trabalho em AIDS vai além do tamanho e dos recursos do setor comunitário que as organizações possam sugerir.

O Banco Mundial (BM) concedeu um empréstimo para um projeto de larga escala para prevenção da AIDS implementado pelo Ministério da Saúde. As políticas do BM relacionadas a saúde, reajustamento estrutural e desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo vêm sendo seriamente questionadas. Agora ele é um dos principais financiadores do trabalho relacionado à AIDS em países como Brasil e Índia, assim como é uma das agências das Nações Unidas que participa do seu novo programa de AIDS. Qual sua opinião a respeito?

Não posso acrescentar mais do que a própria pergunta já expõe. Nós precisamos questionar até onde todos os programas de AIDS realmente vão beneficiar as pessoas mais afetadas, o que significa oferecer tantos serviços como meios de reforço e participação. Eu não descartaria a possibilidade do Banco Mundial financiar tais programas, mas as experiências registradas até o momento não são muito estimulantes. Existe uma necessidade particular de cobrar que o novo Programa Conjunto de AIDS das Nações Unidas pressione enfática e constantemente a participação efetiva daqueles mais afetados na elaboração de políticas.

Um dos principais componentes do mencionado projeto é uma linha de financiamento destinada ao apoio de projetos desenvolvidos por ONGs. O Ministério da Saúde, através deste empréstimo, tornou-se o principal financiador do trabalho em AIDS para as organizações de base comunitária. Como as ONGs e os representantes da sociedade civil podem manter sua independência política e evitar tornarem-se nada mais que executores das ações planejadas pelo Estado, particularmente num contexto político que tem sido caracterizado por relações clientelistas e pelo corporativismo de maneira geral?

Este também é um problema para os países desenvolvidos. Eu volto a um ponto anterior: as organizações de base comunitária precisam tornar prioridade máxima o desenvolvimento constante de uma base política entre seus pares e representantes. E como parte deste processo, estarem prontas a dizerem não a financiamentos quando estes vierem em condições inaceitáveis. É muito fácil perder de vista que o papel primordial do setor comunitário é o ativismo e que muitas vezes tornar-se um grande prestador de serviço é incompatível com este papel.

Você é um dos mais reconhecidos e respeitados ativistas e acadêmicos na Austrália: professor universitário e autor de um conjunto de estudos sobre sexualidade e política e pelo menos um romance, líder no movimento homossexual, figura notável nos esforços nacionais e internacionais de resposta à AIDS. Após a recente publicação de Poder e Comunidade, em que você está trabalhando atualmente? Existe alguma chance de voltar ao Brasil?

A pergunta é muito generosa. Atualmente estou trabalhando num livro semi-autobiográfico, que espero poder publicar no final de 1996. Também estou envolvido no desenvolvimento de pesquisas sobre a globalização de identidades sexuais. Quando tudo isto estiver por terminar eu gostaria de poder visitar o Brasil por algum tempo nos próximos dois anos. Porém, eu fiz a promessa de aprender algo de português e tenho de admitir que ainda nem comecei.

AIDS E VIOLÊNCIA: O QUE A (HOMO) SEXUALIDADE TEM COM ISSO...

MURILO PEIXOTO DA MOTA

Sociólogo, coordena o trabalho de campo da pesquisa Práticas sexuais e conscientização sobre AIDS, um estudo sobre o comportamento homossexual e bissexual (ABIA/IMS)

A pesquisa Práticas sexuais e conscientização sobre AIDS: um estudo sobre o comportamento homossexual e bissexual - realizada de novembro de 93 a março de 94, sob a coordenação geral de Richard Parker revelou que 59% de uma amostra de conveniência de 300 homens alegaram já ter sofrido algum tipo de violência relacionada à identidade homossexual. Destes, 53% afirmam ter sofrido agressão física e verbal. A referência a agressões feitas por parentes e familiares revelaram ser evidentes, tendo ocorrido com 10%. As extorsões de policiais aconteceram com 8% dos entrevistados.

Percebemos que os dados desta pesquisa são apenas a ponta de um iceberg a violência em nossa sociedade tem facetas estarrecedoras que aos poucos estão "vindo à tona", merecendo um estudo à parte. Estes dados podem ser uma demonstração do quanto a violência é difundida na família em nossa sociedade. Nela, encontra terreno favorável à perpetuação de normas, tecnologia e valores de violência dentro de um clima de silêncio tolerável e socialmente encarado como "normal".

Os números apontam para um pressuposto importante para quem está na luta contra a epidemia da AIDS. A violência contra homossexuais evidencia uma nova dimensão para o que se convencionou chamar de "risco" para o contágio do HIV, revelando que a opressão contra a livre manifestação da identidade sexual leva muitos homens a se rebelar contra o peso moral de ter que carregar o estigma social da homossexualidade. Como consequência, muitos homens vão experimentar novas regras do jogo de gênero masculino, às vezes somente no "escurinho do cinema...das tardes cariocas".

Esta reflexão expõe a necessidade de amplos questionamentos sobre sexualidade e crise de subjetividade, que têm no homem sua mais acirrada simulação e evidência. Percebemos ser fundamental pensar a questão da violência como um sintoma dos múltiplos conflitos sociais, de tensões que estão presas numa estrutura perversa intimamente relacionada a este nosso sistema "neoliberal" - voltada a uma minoria privilegiada -, que se traduz em hierarquias injustas e poderes desiguais.

Mas o debate fica mais complexo quando envolve o tema violência em sua especificidade, pois reconhecê-la não basta para controlá-la, nem para intervir com o propósito de "humanizar" os humanos. O fato é que o tema encontra barreiras e contradições culturais perpetuadas há séculos, onde a violência sempre foi usada para normatizar condutas, encontrando espaço e cumplicidade junto a instituições como igreja, poder público, redes

hospitalares e escolares. Neste sentido, a violência possui várias caras e se expressa além do corpo, da mente e da alma.

A discussão necessita avançar para um outro campo importante: o debate sobre violência contra homens, ampliando para as possibilidades do exercício da diferença em nossa cultura - afinal, sobre que homens estamos falando? Dos "masculinos-femininos", que fizeram da diferença uma opção de vida, que colocaram a manifestação do seu desejo como um estilo, que admitem organizarem-se como um movimento concreto em prol de uma identidade sexual, direitos civis e cidadania?

Entre as inúmeras possibilidades de homens, os que se relacionam com outros homens, assumidamente ou não, chamados pela ciência médica de "homossexuais", encontram barreiras (relativas) nesta sociedade masculinizada. O fator violência contra os homossexuais com identidade na esfera pública, por exemplo, explicita bem esta tensão e conflito entre desejo sexual, identidade e diferença.

Os dados apresentados pela pesquisa não são isolados. São demonstrações de que a atmosfera opressora em nossa sociedade tradicionalmente patriarcal toma proporções de fascismo, comprovando o desrespeito aos direitos civis fundamentais do pleno exercício da cidadania. Percebemos que, além da violência corporal e psíquica à qual muitos homossexuais são submetidos - e como indica a pesquisa, em suas próprias famílias -, os dados refletem quanto estes homens possuem uma representação social secundária, cujo preconceito sai do próprio lar. Aliás, o lar é onde a violência é tida, muitas vezes, como "normal" em nosso cotidiano. Enquanto o ditado diz que "em briga de marido e mulher não se mete a colher", mulheres e homens espancados permanecem vítimas silenciosas de uma cultura que submete e desvaloriza o feminino, a feminilidade, a diferença, o diferente.

CARTA ABERTA ÀS ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM PELAS MINORIAS SEXUAIS DA AMÉRICA LATINA

Santiago do Chile, 13 de janeiro de 1995

Estimados amigas e amigos,

Nós, das organizações chilenas que trabalhamos pelos direitos e necessidades de Lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais, e das minorias sexuais, nos dirigimos às organizações irmãs da América Latina para pedir sua colaboração durante o presente ano.

Como é do conhecimento de vocês, a conduta sexual homossexual está qualificada como delito no código penal chileno. As práticas homossexuais, em suas distintas expressões, são consideradas delito e, portanto, existem penas que as sancionam. Encontram-se vigentes as seguintes normas penais contra a atividade homossexual:

- *Art. 365 do Código Penal: Sodomia*
- *Art. 366 do Código Penal: Abusos desonestos homossexuais (em maiores de 12 e menores de 20 anos de idade)*
- *Art. 373 do Código Penal: Ultraje à moral ou aos bons costumes*
- *Art. 374 do Código Penal: Pornografia (difusão contrária aos bons costumes).*

A lei nº 11.625, de 1954, sobre estados anti-sociais, considera os atos homossexuais como "atos contra a natureza", imorais, pecaminosos e próprios de pessoas doentes. No seu artigo primeiro N5 sanciona aos "que por qualquer meio induzam, favoreçam ou explorem as práticas homossexuais". Esta lei que inclui delinquentes habituais, vagabundos e mendigos, não está vigente no relativo a homossexuais. "atendido a que nenhum presidente da República, desde o ano de 1954, ditou o decreto de criação e instalação dos lugares de detenção e as casas de trabalho e colônias agrícolas a que se refere o título I no seu artigo 3 sobre medidas de segurança".

É importante destacar que existem outras normas de tipo penal referidas a homossexuais que, pelo caráter simplificado deste documento, não foram mencionadas. Existem ainda normas em outros âmbitos da legislação (direito civil, trabalhista etc.) que também contêm disposições que afetam negativamente aos homossexuais.

A penalização das relações homossexuais dificulta também a prevenção da transmissão do vírus HIV, já que é evidente que uma pessoa criminalizada dificilmente cuidará de sua saúde sexual. Cabe recordar que na América Latina, e no Chile em particular, os mais afetados pela epidemia nos primeiros 15 anos foram os homens que fazem sexo com homens. Neste contexto, o governo do Chile, em meados de janeiro deste ano, enviou ao parlamento um projeto de lei que modifica o Código Penal, incluindo os artigos que penalizam a conduta homossexual. Já se iniciou a discussão na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara de Deputados e é provável que esta se prolongue extensamente durante os próximos dois ou três anos.

Apresenta-se, assim, uma oportunidade notável: por um lado, revogar a penalização da conduta homossexual; por outra, abrir uma ampla discussão sobre a discriminação de que são objeto os homossexuais no Chile. Por isto é que estamos iniciando um programa de trabalho que procure atingir os seguintes objetivos:

- 1) Revogar a penalização da conduta homossexual;*
- 2) Iniciar uma ampla discussão pública sobre as minorias sexuais, com particular ênfase na discriminação de que são objetos.*

Considerando estes objetivos, interessa-nos ter a colaboração de suas organizações durante todo o ano de 1995. É possível enviar cartas ou visitar as respectivas embaixadas chilenas em seus países fazendo ver esta situação e sua preocupação: é possível enviar cartas e/ou faxes aos Integrantes da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara de Deputados.

Da mesma maneira, como vocês já devem saber, o 4º Congresso Panamericano de AIDS se realizará em Santiago entre os dias 15 e 18 de novembro deste ano. Se vocês vierem ao Chile para o evento, poderá ser uma boa oportunidade para chegar até o parlamento chileno e exercer pressão política de nossas organizações sobre o nosso Estado.

Confiamos em que esta será uma oportunidade para nos solidarizarmos por nossa causa comum. Estamos dispostos a enviar qualquer informação que se faça necessária.

*Um forte abraço para todos,
Centro Lambda Chile
LIBER-H
Corporação Chilena de Prevenção à AIDS
Centro de Apoio a Pessoas Vivendo com HIV/AIDS
País, Familiares e Amigos de Lésbicas e Homossexuais (PAFALH)*

*Para dirigir-se a nossas organizações:
End.: Santa Rosa. 349 casa 37
Santiago do Chile, Chile
Telefax: 56-2- 209-3816
CONGRESSO NACIONAL
Câmara de Deputados
Av. Pedra Montt. s/n
Valparaiso - Chile
Fax: 00-56-32-230530*

HOMOSSEXUALIDADE, UM CASO DE DIREITOS HUMANOS

ADAUTO BELARMINO ALVES

É membro do Programa Integrado de Marginalidade do ISER. Recentemente recebeu o Prêmio Reebok de Direitos Humanos 1994, em Boston. Foi o primeiro ativista gay a receber um prêmio internacional de Direitos Humanos

Apesar de grandes passos terem sido dados internacionalmente, a situação dos homossexuais em níveis nacionais é diferente. Continua bastante difícil conscientizar governos e indivíduos da necessidade de proteger os direitos humanos. Muitas pessoas continuam a viver o medo de que venham a ser seqüestradas, torturadas ou mortas pelos seus próprios governos, abusos que vêm sendo insistentemente combatidos pela Anistia Internacional.

Muitas dessas pessoas passam fome, vulnerabilidade e exploração, fugindo de seus próprios lares ou países com medo da violência pública ou doméstica e sem nenhuma proteção ou respeito por parte das autoridades - apesar das obrigações e promessas governamentais de garantia dos direitos. Homens e mulheres vivem com medo de suas próprias famílias, apreensivos com suas vidas, simplesmente porque são gays e lésbicas.

As Nações Unidas, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o seu mais específico tratado sobre o assunto, garante o respeito e a promoção destes direitos a todas as pessoas no planeta. Entretanto, para uma significante parte da população mundial esta iniciativa jamais foi concretizada ou sequer conhecida.

Os governos de vários países do mundo, durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, Áustria, em 1993, reafirmaram a universalidade e individualidade de todos os direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, através do *slogan* "todos os direitos humanos para todas as pessoas". Tal fato foi um primeiro passo para remediar a negligência histórica destes direitos em relação a alguns grupos, como por exemplo, as mulheres. No entanto, o documento final da Conferência, "A Declaração de Viena", bem como o "Programa de Ação" não fizeram nenhuma referência à histórica negligência aos direitos humanos de lésbicas, gays e bissexuais.

Para se ter uma idéia, até hoje um dos principais problemas enfrentados por gays e lésbicas do mundo inteiro é o número de legislações de países que criminalizam os atos homossexuais em seus códigos penais, como a Romênia, Nicarágua, Chile, Equador, China e países islâmicos.

Os homossexuais em muitas partes do mundo têm vivido o constante medo da perseguição governamental, no sentido de que seus atos privados de amor e seus atos públicos venham a ser punidos pelas autoridades em secretas câmaras de torturas e nas clandestinas "casas seguras", que funcionam durante as madrugadas. Muitos vivem em estado de pavor constante e são forçados a viver e ser o que são entre portas fechadas.

Na verdade, a discriminação por orientação sexual não deve ser considerada como uma luta apenas de gays e lésbicas ou do movimento homossexual, da mesma forma que o racismo não é, e nem pode ser, uma questão de interesse apenas de negros. Esta é uma luta que diz respeito a todas as sociedades, Estados, governos e cidadãos de todo o mundo.

Durante muitos anos os movimentos de lésbicas e gays não foram considerados como questões de direitos humanos, ainda que todos reconheçam a complicada situação da população homossexual no que se refere à orientação sexual: condição fundamental à formação da identidade pessoal, de expressão e do convívio social.

As lutas de gays e lésbicas vêm sendo um importante instrumento de reivindicação de direitos humanos e seus efeitos mais marcantes se dão na luta contra a AIDS, o que demonstra que as instituições devem apoiar o movimento de grupos socialmente marginalizados, promovendo a cidadania e auto-estima tão necessários às mudanças de atitudes - entre elas, o estímulo às pessoas se protegerem.

**A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NÃO É UMA LUTA APENAS DE
GAYS E LÉSBICAS; É DE TODAS AS SOCIEDADES E CIDADÃOS DO MUNDO**

No Brasil, ultimamente, tornaram-se rotineiras as notícias de homossexuais assassinados. Casos extremos como o do "Maníaco do Trianon", o *serial killer* de mais de 18 gays em São Paulo, a matança de 23 travestis em outubro de 1994, no Rio de Janeiro, e o assassinato do vereador Renildo dos Santos (ver box) devem ser lembrados. Estas são situações em que a violência toma dimensões assustadoras e que enfaticamente levam a afirmar: a homofobia é um obstáculo à observância dos direitos humanos. Os direitos de gays e lésbicas substanciam os direitos humanos e a orientação sexual é uma dimensão fundamental da identidade humana.

PARA NÃO ESQUECER

Em 1979 a Anistia Internacional declarou que todos aqueles que estavam encarcerados por defenderem os direitos de gays e lésbicas seriam considerados "prisioneiros de consciência" e, em 1982, a mesma Anistia Internacional condenou o tratamento "médico" imposto nas prisões, com o propósito de alterar a orientação sexual desses condenados. Em 1991, a Anistia Internacional expandiu seus esforços na defesa dos prisioneiros homossexuais e documentou as violações dos direitos humanos contra gays e lésbicas em todo o mundo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os homossexuais foram presos e mandados para os campos de concentração para sofrerem maus tratos, torturas e execuções. Diferentemente dos outros presos, a identificação dada pelos nazistas aos presos homossexuais era um triângulo rosa com a base invertida, significando "inversão" ou "antinatural".

Com a vitória das forças aliadas sobre os nazistas, os campos de concentração foram banidos e os judeus e adversários políticos do regime anistiados. Os presos homossexuais, no entanto, foram enviados às prisões comuns. Assim, até hoje, o triângulo rosa permanece como um símbolo gay e lésbico sendo recuperado pelo movimento internacional para traduzir sentimentos como "nunca mais" e "nunca esquecer".

Este texto foi baseado nos escritos da Anistia Internacional dos Estados Unidos: "Quebrando o Silêncio"- "As Violações dos Direitos Humanos com Base na Orientação Sexual".

O PRECONCEITO PELO MUNDO

- No Brasil, foi encontrado o corpo torturado e mutilado – inclusive sem a cabeça do vereador Renildo José dos Santos, de Coqueiro Seco, Alagoas. O crime aconteceu em represália à sua declaração pública a respeito de sua homossexualidade. Antes já sofrera impedimento na Câmara local e fora vítima de um seqüestro.
- No México, dois gays ativistas e educadores da prevenção à AIDS foram arrastados e surrados por autoridades.
- Nos Estados Unidos, uma mãe perdeu a custódia da filha, através de uma sentença da Justiça do Estado da Virgínia: por ser lésbica, foi definida como “pessoa não confiável”. Lá, pela lei estadual, constitui-se crime pessoas do mesmo sexo manterem relações sexuais.
- Na Colômbia, esquadrões da morte rotineiramente surram e matam gays e: travestis, atos criminosos que as autoridades locais chamam grotescamente de "limpeza social". Desta forma, os esquadrões operam sem medo de perseguição, sendo muitos deles formados por policiais.
- No Irã, as autoridades reiteram publicamente que a morte é uma pena possível para as pessoas que forem acusadas de atos homossexuais.

OUTRAS PALAVRAS

A SAÚDE PÚBLICA E A SAÚDE DA MULHER

Margareth Arilha

Psicóloga, é membro do Conselho Diretor da Comissão da Cidadania e Reprodução e diretora da Ecos (Estudos e Comunicação em Sexualidade/SP)

As mudanças anunciadas pela administração do prefeito Paulo Maluf na área da saúde são extremamente preocupantes. Elas apontam para a privatização pura e simples, em detrimento de uma parceria com o setor privado e a própria sociedade e sem que o poder público assuma sua responsabilidade de definir as diretrizes dos serviços a que a população tem direitos.

Ignoram todas as soluções propostas através da implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) e, no caso específico da saúde reprodutiva da população, deixam de lado a reposição consolidada no Paism (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), através do qual se buscam caminhos para expandir e aprimorar a assistência à saúde das mulheres, ampliando e melhorando a qualidade do atendimento ginecológico, da assistência ao parto, do uso de contraceptivos, prevenção e controle da AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, diagnóstico precoce do câncer da mama e do útero e questões polêmicas, como a prática exagerada de cesarianas e o aborto.

Não se pode supor que a simples passagem do público para o privado constitua um aval de aperfeiçoamento do atendimento. Ao contrário, há determinadas práticas que na área privada são nitidamente condicionadas por motivações diferentes: num caso, a saúde pública; no outro, o lucro. Para a empresa privada, uma cesariana oferece muito mais produtividade e lucratividade do que um parto normal. Privatizado o sistema de saúde, como reverter essa tendência de opção, no Brasil associada também à prática da laqueadura feminina?

No caso da saúde reprodutiva, deveríamos guiar-nos pela proposta de ação que o Brasil subscreveu na Conferência do Cairo, em setembro do ano passado. O documento aponta claramente que a necessidade de uma parceria entre essas várias instâncias – setor público, setor privado e sociedade porém com prioridade absoluta para a definição de objetivos pelo Estado, como por exemplo, para produção, comercialização e distribuição de preservativos – sem o que continuaremos colocando em risco a saúde e a vida de mulheres e homens deste país.

São Paulo e o Brasil não podem mais fechar os olhos a uma realidade cruel que obriga as mulheres a um cotidiano cheio de riscos e ameaças à sua saúde e à sua vida, como a crescente vulnerabilidade a AIDS, gestações indesejadas, esterilização como método contraceptivo, abortos clandestinos, cesarianas desnecessárias, falta de condições para aceitar seu filhos e cria-los, angústias não compartilhadas nos diagnósticos e tratamento de câncer e solidão no envelhecimento.

O Brasil espera respostas firmes e que demonstrem um efetivo compromisso com as resoluções da Conferência do Cairo.

Artigo publicado na Folha de São Paulo, em 2 de março de 1995.

E POR FALAR DE VIDA

A ABIA acaba de lançar o vídeo-documentário *E por falar de vida*, sobre viver e conviver com AIDS. Dirigido por Alfredo Alves, o vídeo contou com a produção do IBASE VÍDEO e com o apoio da entidade alemã MISEREOR. Baseado em três histórias de vida, o trabalho traça identificar o cotidiano, os prazeres, a repercussão da descoberta da sorologia positiva, como também as atitudes de solidariedade e a expectativa de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Com base nestes depoimentos, *E por falar de vida* registra a luta através da justiça, da mobilização de segmentos da sociedade e do ativismo dos grupos de auto-ajuda - iniciativas que apresentam alternativas de lutas contra a discriminação, a injustiça e o pânico da sociedade em relação à epidemia de HIV / AIDS.

Ao revelar essas lutas, o vídeo procura denunciar as limitações de se viver com HIV / AIDS no Brasil e aponta para as possibilidades de enfrentamento da epidemia. Para pedidos, contactar a ABIA.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS – ABIA Utilidade Pública Federal, Rua Sete de Setembro, 48/12º andar 20050-000 – Rio de Janeiro – RJ Tel: (021) 224-1654 – Fax: (021) 224-3414 E-mail: abia@ax.apc.org Internet: http://www.ibase.org.br/~abia	EXPEDIENTE Boletim ABIA nº 28 Abril/junho de 1995 Publicação bimestral Tiragem: 20.000 exemplares Distribuição interna Presidente: Herbert de Souza Jornalista responsável: Mônica Teixeira - MT 15309	Programação visual e produção gráfica: A 4 mãos Ltda. Editoração eletrônica: Tanara de Souza Vieira/A 4 Mãos Revisão: AnaMaria Monteiro Fotolitos: Copifoto Impressão: MCR Gráfica
A ABIA é uma organização não-governamental, cuja finalidade é promover a educação e a informação para a prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS. Todas as nossas ações são baseadas nos princípios da solidariedade.	CONSELHO EDITORIAL: Bia Salgueiro, Fernando Sá, Jacinto Corrêa, Jane Galvão, Renato Quemmel, Richard Parker e Veriano Terto Jr.	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA Este boletim foi financiado com recursos da EZE/Evangelische Zentralstelle Entwicklungshilfe e V.